

» Entrevista | **ZENO ANDRADE** | SECRETÁRIO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DF

Ao *CB.Poder*, o titular da pasta disse que os comerciantes informais devem se cadastrar para conseguir outra área em que poderão vender seus produtos. Sobre o programa Vai de Graça, disse que o balanço foi positivo no carnaval

Ambulantes ficarão fora da Rodoviária

» LUIZ FELLIPE ALVES*

"Você não pode ter aquele nível de desorganização na Rodoviária", afirmou o secretário de Transporte e Mobilidade, Zeno Gonçalves, ontem, ao *CB.Poder* — parceria entre o *Correio Braziliense* e a *TV Brasília*, sobre os ambulantes que usam o espaço da Rodoviária para realizar comércio informal. O secretário destacou que a empresa concessionária tem um plano definido e que deverá ser apresentado em breve. Às jornalistas Adriana Bernardes e Mila Ferreira, ressaltou o sucesso do programa Vai de Graça, que oferece tarifa zero aos domingos e feriados. Também abordou a estabilidade dos cobradores de ônibus depois do pagamento das passagens via cartão mobilidade e as tratativas para o consórcio do transporte público no Entorno.

O processo da nova concessão da Rodoviária foi finalizado. Como estão caminhando as mudanças para aquela área?

O processo está em pleno funcionamento, eles (a concessionária) assumiram a questão do monitoramento e da segurança, também vão fazer assumir a operação embarque e desembarque. O grupo tem um plano para a reforma de toda a Rodoviária, além da limpeza, da manutenção dos equipamentos, dos elevadores e das escadas rolantes. Achemos que em menos de 90 dias teremos essa transferência total.

Com essa mudança, como vai ficar a situação dos ambulantes no espaço?

A empresa concessionária tem um plano definido que deverá ser apresentado em breve. Alguns ambulantes vão poder usar certos espaços dentro da Rodoviária para comércio de forma ordenada, desde que estejam regularizados e devidamente cadastrados. O Governo do Distrito Federal (GDF) também previu, nesta transição de 45 a 60 dias, uma licença para 200 ambulantes explorar uma área que fica entre o Conjunto Nacional e o Conic, no calçadão entre esses espaços. A empresa tem todo o cuidado e respeito com aquele pai de família que não tem outra opção. No momento mais crítico, tivemos 500 ambulantes naquele espaço, o que dificultava a passagem dos usuários da Rodoviária.

O que vai acontecer com os outros 300 ambulantes?

Eles terão essa possibilidade de se cadastrar e requerer sua licença para comercializar seu produto em outro local, mas não na Rodoviária. Você não pode ter aquele nível de desorganização que tínhamos antes.

Como estão os estudos para a ampliação da tarifa zero?

Com o programa Vai de Graça, a Secretaria de Economia

Minervino Júnior/CB/D.A Press



vai analisar os impactos positivos da medida. Temos que calcular quanto o governo deixa de arrecadar com o programa. Para domingos e feriados, na semana passada, fizemos uma projeção com a Secretaria de Economia que calculou um impacto de R\$ 56 milhões por ano. Ao atrair mais usuários para o transporte, você tem um ganho a médio/longo prazo, que impacta na diminuição do valor da tarifa técnica, pago por acesso, e o custo do transporte que não vai aumentar. Além dessa conta do equilíbrio da tarifa, tem que ser feito a conta do dinheiro injetado na economia, porque gera mais emprego, mais renda, e volta aos cofres do governo, pela movimentação da economia. Vimos isso acontecer agora no carnaval.

Qual foi o balanço da gratuidade desse fim de semana? Foi necessário realizar reforço da frota?

O balanço foi bastante positivo. Superamos as nossas expectativas. Achemos que a demanda não seria tão intensa, mas superou em 46% a movimentação do ano passado. Foi um total de 2,250 milhões de viagens. Comparado com o carnaval do ano passado, tivemos que realizar um reforço de 13%. Teremos uma capacidade para atender a gratuidade nos próximos domingos e feriados sem ter que reforçar a frota. Iremos começar um estudo no próximo domingo para identificar a

demanda nos dias de gratuidade para avaliar os lugares que necessitam de reforço.

Uma questão que foi levantada sobre a gratuidade foi a possibilidade de vandalismo no transporte público. Teve algum relato durante o carnaval?

O metrô nos informou de apenas um caso, referente à pichação e danos a um extintor de incêndio. Teve um outro caso de um ônibus na região do Lago Sul que teve uma avariação em um dos assentos. Mas os números são bem menores do que em outras ocasiões. O cidadão estava consciente, eu acho que se deve a questão da gratuidade e o pertencimento do patrimônio público. Porque quem paga essa conta é o dinheiro do cidadão e da cidadã.

Sobre o transporte público no Entorno. Houve uma reunião entre os governos do Distrito Federal e Goiás. Como foi essa reunião?

Importantes passos foram dados pelos dois governos. O governador Ibaneis (Rocha), junto com o governador em exercício, Daniel Vilela, de Goiás, tomaram a decisão de subsidiar o transporte. O governo federal foi notificado e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) suspendeu o aumento que teria nas passagens do Entorno. O próximo passo é aprovar as leis que permitam que os dois governos constituam o consórcio na Câmara Legislativa do Distrito Federal e na Assembleia Legislativa do Goiás. Pretendemos enviar a lei até o fim do mês e,

A concessionária tem um plano para a reforma de toda a Rodoviária, além da limpeza, da manutenção dos equipamentos, dos elevadores e das escadas rolantes. Achemos que em menos de 90 dias teremos essa transferência total"

Superamos as nossas expectativas (com o programa Vai de Graça). Achemos que a demanda não seria tão intensa, mas superou em 46% a movimentação do ano passado. Foi um total de 2,250 milhões de viagens"

uma opinião minha, acredito que seja aprovada na hora pelos deputados do DF e de Goiás. A partir daí, você parte para a constituição do consórcio de fato, a criação de um estatuto que permite o subsídio, diminuindo os preços das tarifas. O governo federal tem que entrar na discussão também, porque existem investimentos que têm que ser feitos no BRT vindo de Valparaíso para Brasília, assim como o transporte de Luziânia para a capital do país. No futuro, será possível realizar a integração entre o transporte do Entorno e de Brasília.

Sobre o transporte direto entre Luziânia e Brasília, como estão essas tratativas?

Na semana passada, também tivemos a primeira reunião técnica com a presença da secretária do Entorno que com a ANTT, o Ministério da Infraestrutura e com a Infra S.A, que trabalha na modelagem do trem de passageiros saindo de Luziânia para cá, e contamos também com a presença da Secretaria Nacional de Transportes Ferroviários. Avaliamos, na visão do governo federal, que o consórcio é a grande oportunidade que temos de resolver em definitivo o problema do transporte do Entorno, não somente do transporte semiurbano (ônibus).

Ainda há pagamento com dinheiro no transporte público ou a transição para o cartão mobilidade foi feita totalmente?

Superamos todas as etapas previstas, ainda há um percentual menor que 1% de usuários

que insistem em pagar em espécie, principalmente em algumas linhas longe de comercialização, onde você não tem como emitir um cartão. E os cobradores, até usando bom senso, por educação, permitem que isso aconteça. A verdade é que vamos eliminar esses aparelhos que permitem a liberação da catraca com o pagamento em espécie. Conversamos com o sindicato, que também entende que está chegando a hora da proibição de todo pagamento em espécie. As pessoas que ainda pagam em espécie terão que ir a um local que consigam comprar Qr Code ou que emitam o cartão para ter acesso ao transporte.

Com as mudanças no pagamento da passagem nos ônibus, os cobradores perderão seus empregos?

A função do cobrador deve evoluir com o tempo. Os atuais cobradores estão com estabilidade de dois anos, essa estabilidade está prevista no acordo coletivo deles para terminar em setembro de 2026. A não ser por justa causa, eles não perdem o emprego. Naturalmente, o sistema evoluiu para ser cada vez mais automático. Podemos discutir com a sociedade qual é o papel do cobrador, porque ele pode atuar não só no recebimento do dinheiro, que não existe, mas pode auxiliar os usuários do transporte. Atualmente são cerca de 6 mil cobradores, que custam R\$ 375 milhões por ano.

* Estagiário sob a supervisão de José Carlos Vieira